

Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior

Indicators to assess social responsibilities in colleges

*Gilmar José Hellmann**

Resumo

O artigo apresenta uma síntese do conceito de Responsabilidade Social (RS) passando do entendimento empresarial ao âmbito universitário. Também sugere a necessidade de se utilizar indicadores para avaliar a RS nas Instituições de Ensino Superior (IES), dentre os quais se destaca a nova ISO 26000.

Palavras-chave: responsabilidade social; gestão; sustentabilidade; indicadores.

Abstract

This article aims at presenting a synthesis of the Social Responsibility (RS, Portuguese acronym) concept, from the business to the college perspective. It also suggests the necessity of utilizing indicators to assess the RS in Colleges (IES, Portuguese acronym), among which the new ISO 26000 is highlighted.

Keywords: social responsibility; management; sustainability; indicators.

* Graduado em Filosofia e Administração. Professor no Ensino Fundamental e Superior. E-mail: gilmarjhellmann@hotmail.com

Introdução

O Brasil tem apresentado mudanças significativas na vida política e econômica do cidadão. Percebe-se isto na formação da consciência cidadã que movimenta o meio acadêmico e empresarial entorno do tema: Responsabilidade Social (RS). Com a expansão do setor educacional, ampliou-se o interesse por pesquisas e estudos referentes à RS no meio acadêmico. Além de estudar o tema, a Instituição de Ensino Superior (IES) tornou-se um espaço social privilegiado para aplicação, manutenção e avaliação das ações de RS no campo educacional. Várias organizações sugerem indicadores e metodologias para avaliar um processo de ações socialmente responsáveis. Neste artigo, apresento alguns conceitos de RS e se propõem alguns indicadores sociais que contemplem diversas facetas da RS e diferentes grupos de interesse da IES: gestores, colaboradores, alunos, *stakeholders*, comunidade e governo.

Neste artigo, privilegiou-se a metodologia exploratória, obtendo informações consistentes sobre o tema proposto, respeitando um planejamento flexível na formulação de problemas e hipóteses. O processo de construção do trabalho envolveu a identificação da bibliografia, delimitação do assunto, definição de objetivos, formulação do problema de pesquisa e sugestão de possíveis pistas de resolução. Considerando a diversidade de fontes, priorizou-se a busca de referências no meio acadêmico e nos bancos de dados das IES.

1 Fundamentos da responsabilidade social

A RS está fundamentada na conquista dos direitos humanos: direitos básicos à vida, à segurança, à liberdade e à igualdade. Esta conquista foi concebida

como um ideal comum a ser atingido por muitos povos e nações. Formulou-se um padrão para mensurar o grau de respeito e cumprimento de normas internacionais de direitos humanos. Neste sentido, a RS é uma conquista coletiva, que segundo Melo Neto e Froes (2001, p.97) “busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva”. Por isso se diz que a RS é um movimento de interesse global, mas de atuação local. Tais são as aspirações e preocupações humanas nas agendas internacionais, como o Pacto Global e a Declaração e Metas do Milênio. Antes do fortalecimento do Terceiro Setor e dos movimentos sociais em diferentes culturas, instituições tradicionais como a Igreja Católica já orientavam os seus seguidores para a compreensão do pensamento com ênfase social; como ocorreu com a Doutrina Social da Igreja Católica¹. Desta forma a instituição oferecia indicativos para dirigentes e fiéis avaliarem a ética pessoal e o comportamento social.

Num processo de globalização, temas como destruição do meio ambiente, explosão populacional, narcotráfico, proliferação de doenças, instabilidade dos mercados financeiros e aumento da pobreza e desemprego, tornaram-se pauta de discussão de governos e da sociedade civil. As Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, abriram espaço ao cidadão, que passou a desempenhar um papel decisivo na definição de comportamentos e parcerias entre empresas e governo, sociedade civil e estado.

Segundo Pacheco e Mendonça (2006) Emile Durkheim considera a sociedade como um sistema coercitivo e a educação numa visão funcionalista, podemos dizer que a interligação entre diversos sistemas de comunicação, pesquisa, gestão e administração financeira torna as

¹ Citam-se as Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) do papa Leão XIII; a *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), *Centesimus Annus* (1991) e o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, do papa João Paulo II.

instituições sociais co-responsáveis pelos benefícios e malefícios das ações públicas e privadas. No setor público, cita-se o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal que exigiu mais rigorosidade da administração nas finanças públicas. Na iniciativa privada, o marketing social vem se tornando um meio de socialização que dá maior visibilidade às ações sociais. Segundo Araújo (2001), o marketing social pode ser entendido como estratégia de mudança comportamental e atitudinal, a ser utilizado em qualquer tipo de organização (pública, privada, lucrativa ou sem fins lucrativos), desde que esta tenha uma meta final de produção e de transformação dos impactos sociais. Contudo, este meio pode ser restritivo se enfatizar mais os resultados mercadológicos que a contribuição social. A necessidade de se avaliar um processo de RS nas empresas e nas instituições educacionais tornou mais transparente e compreensível o tema, seja para o público interno da empresa, como para a comunidade onde as instituições estão inseridas.

Para Tarapanoff (2006), a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, de 1965, marca o início da utilização da expressão “RS” no meio empresarial brasileiro. Contudo, as primeiras manifestações sobre este tema, envolvendo empresários, comunidade, políticos e meios de comunicações, somente ganharam ênfase a partir da década de 1990. Iniciativas como a campanha do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), com o apoio da Gazeta Mercantil, convocou os empresários a um engajamento social, incentivando a elaboração e publicação do Balanço Social no Brasil. Outra iniciativa foi a da fundação do Instituto ETHOS, que vem elaborando material para ajudar as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito da RS no cotidiano de sua gestão (PASSADOR, 2002). A Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, foi um marco social que contribuiu na reflexão sobre a responsabilidade de ações sociais em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao corpo de funcionários de diferentes instituições sociais. Para

o Instituto Nacional de Normalización do Chile, este evento colaborou com a elaboração da ISO 26000 de Responsabilidade Social.

2 Contexto conceitual da responsabilidade social

Segundo Roman (2004), a RS tem seus fundamentos no pensamento econômico de que o governo não necessita interferir na economia; princípio este, defendido por Adam Smith, na obra *A Riqueza das Nações*, e por Hayek, na obra *O Caminho da Servidão*. Contudo, com o crescimento da economia após a Segunda Guerra Mundial, as teorias econômicas de Keynes suplantaram aqueles fundamentos, propondo a intervenção estatal na vida econômica, bem ao contrário do que pregava a ideologia liberal. Neste contexto, a RS foi assumida pelo Estado. No prosseguimento histórico, houve mudanças no cenário político e econômico internacional, como ocorreu simbolicamente na “Queda do Muro de Berlim” (MESQUITA, 2003). Em 1989, o “Consenso de Washington” propôs um programa de reformas que incluía desregulamentação dos mercados, abertura comercial, flexibilização das leis trabalhistas, rigoroso ajuste fiscal e privatizações, reduzindo a atuação do Estado e sua interferência na economia. Vários governos nacionais e instâncias representativas da sociedade desobrigaram-se da RS por falta de condições políticas, financeiras e técnicas, reafirmando a pregação neoliberal e a incompetência estatal.

Para Ferés (2006), a RS deve ser compreendida na ótica do neoliberalismo; num processo de internacionalização da economia e numa política que trouxe transformações complexas, favorecendo a exclusão social. Os avanços científicos e tecnológicos do mundo globalizado favoreceram a acumulação do capital, a maior desde o século XVIII, contudo não acabaram com as desigualdades e misérias humanas. Compreende-se,

desta forma, que a RS faz parte da articulação das forças econômicas que buscam amenizar os flagelos que o neoliberalismo criou, oferecendo certo alívio para a consciência empresarial. De acordo com Frey (2005), a RS das empresas é a resposta aos questionamentos e críticas no campo social, ético e econômico, por adotarem uma política baseada na economia de mercado.

Com o esvaziamento da capacidade do Estado para cumprir funções sociais, que lhe cabiam historicamente, surgiu um vácuo social que deveria ser preenchido por alguém. Presencia-se uma nova racionalidade social. Segundo Busatto (2001, p.101), “há uma onda histórica que traz em seu bojo uma profunda crítica à atual configuração da nossa sociedade”. A nova concepção social reafirma a consciência cidadã, que não admite mais conviver numa sociedade desigual, injusta e desumana. Para Guaragna (2005 *apud* FREY, 2005), a RS é um movimento interno, que nasce do interior do ser humano, e não apenas como uma jogada de *marketing* ou modismo. Neste entendimento, muitas instituições sociais superam o foco da eficácia e buscam o desenvolvimento social sustentável de longo prazo.

3 A responsabilidade social sustentável

O movimento de RS trouxe novos termos e conceitos para o ambiente empresarial e institucional, dentre os quais destacamos: empresa cidadã e sustentabilidade. A RS significa interagir com diversos públicos, respeitando o meio ambiente, o ambiente de trabalho, o ambiente social, a qualidade de vida, o ambiente urbano, a qualidade dos bens e serviços, enfim, é o que também pode ser denominado de cidadania empresarial.

O conceito de “empresa-cidadã”, segundo Melo Neto e Froes (2001), surgiu em decorrência do movimento de consciência social internalizado por diversas empresas. Este movimento se compromete com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade, investindo em experiências e projetos nas áreas sociais, voltados à melhoria da dignidade humana. Segundo Frey (2005), é um exercício de ações sociais de longo prazo, envolvendo os públicos interno e externo da empresa, resultando em uma nova postura empresarial e um processo de conscientização sobre a sustentabilidade dos negócios.

Compreende-se a “sustentabilidade como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (KINLAW, 1997, p.82). Este conceito nos remete a RS das pessoas e das instituições em favor da sociedade, objetivando o bem estar social da comunidade. De acordo com Kotler e Armstrong (1998), é cada vez maior a exigência de que as empresas se responsabilizem pelo impacto social e ambiental. Esta visão exige uma nova postura das instituições, na qual “o comportamento socialmente responsável termina por ser mais sustentável em longo prazo do que o comportamento meramente oportunista” (ALVES, 2001, p.81). O desempenho sustentável é um processo que exige a adoção de um conjunto de princípios e envolve todos os que se relacionam com a sustentabilidade. Relacionamos alguns princípios citados por Kinlaw (1997, p.11), que sugere a sustentabilidade como um processo de:

- análise e integração em termos de sistemas;
- interdependência ecológica e exigência que todos os processos, bens e serviços sejam compatíveis com os ecossistemas;
- orientação para o compromisso de resultados específicos e mensuráveis;
- construção de um senso comunitário;
- abertura para a comunicação completa de todos os aspectos de seu desempenho ambiental real e planejado a todas as partes nelas interessadas;

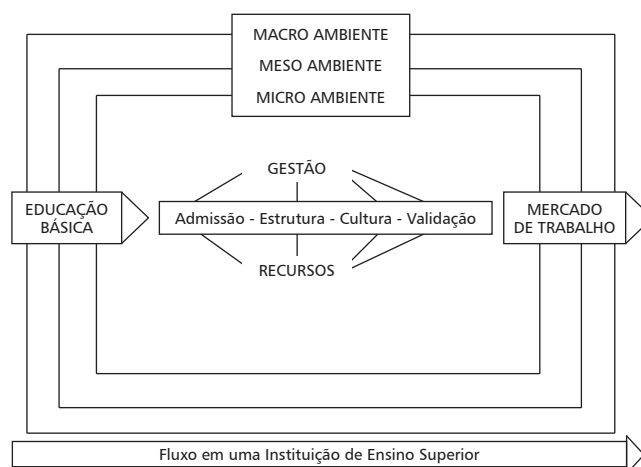
- melhoria contínua no desempenho da empresa e no pleno envolvimento de cada um dos membros de sua força de trabalho;
- fundamentação em dados e em informações concretas obtidas das auditorias, medições e relatórios do desempenho ambiental da empresa;
- tecnologia e exigência que as empresas desenvolvam parcerias com governos, outras empresa, entidades educacionais, grupos de pesquisa e desenvolvimento, fornecedores e clientes, de modo a descobrir e implementar formas de melhorar o desempenho sustentável;
- envolvimento da empresa inteira e exigência que todos os seus sistemas de planejamento, de processo decisório e de recursos humanos estejam em plena harmonia para com o desempenho sustentável.

Em síntese, a sustentabilidade numa instituição socialmente responsável possui quatro características: é plural (colaboradores, stakeholders, governo, meio-ambiente e comunidade), é distributiva (negócios, cadeia produtiva, fornecedores e consumidores), é sustentável (recursos e impactos socioambientais), e é transparente (divulgação de relatórios). Para Ashley e Queiroz (2005), a RS é um compromisso da organização com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente a comunidade e age pró-ativamente e coerentemente no seu papel social e na prestação de contas com a sociedade.

4 A IES num contexto social de mercado

De acordo com Rodrigues, Ribeiro e Silva (2006), a Conferência Mundial Sobre a Educação Superior no Século XXI, realizada em 1998, sob o ponto de vista do gerenciamento, compreendeu a IES como um sistema global, composto internamente por subsistemas envolvendo interações complexas com o mundo exterior, conforme pode ser visualizado na figura 1.

FIGURA 01 - IES NO AMBIENTE SOCIAL



FONTE: Adaptado de Rodrigues, Ribeiro e Silva (2006)

No microambiente, a IES exerce influência sobre todo o fluxo. Em seguida, ela interage com o meso-ambiente (local e nacional), o qual impõe certas exigências sobre a instituição de ensino (como regulamentos) e provê a ela certos recursos (proporções de seus fundos). Inserida no macroambiente, a IES age como um veículo para determinados fenômenos geopolíticos que exercem pressão sobre a mesma. A IES não é algo neutro. Percebe-se que dois sistemas governam os processos de transformação na IES: o de admissão de alunos, que constitui a matéria-prima das IES, e o de validação, que especifica as características que esta matéria-prima deve possuir quando deixar a instituição.

Neste sistema social, Calderón (2005) ressalta que a IES brasileira vem passando por profundas mudanças a partir da institucionalização do mercado universitário. Desde a década de 1990, as IES foram se identificando com o mercado capitalista: aprenderam a conviver com a competição mercadológica, incorporaram, perderam a filantropia e estruturaram seu sustento através da cobrança de mensalidades para financiamento das atividades; surgiram grandes empresas educacionais tirando as máscaras sociais e deixando evidente a finalidade mercantil, entre outras características. A homogeneização das IES privadas

na categoria de empresas educacionais, independentemente da finalidade ou não de lucros, exigiu mais respostas do ensino superior quanto a sua participação na Responsabilidade Social. Neste contexto, a IES necessitou profissionalizar o sistema de gestão, expressando de alguma forma a missão, o processo e o resultado que espera ao cumprir com seu papel social.

5 A gestão da responsabilidade social da IES

A RS, segundo Borger (2001), deve ser vista como parte da cultura, da visão e dos valores da empresa, requerendo a filosofia e a missão como compromissos articulados. Neste sentido, Schmidt e Silva (2005) ressaltam a importância da missão nas organizações e principalmente nas IES, uma vez que é por meio dela que se pode identificar o conjunto de atividades utilizadas por uma organização como balizadoras e orientadoras de seu progresso dentro da comunidade em que se insere. Para Calderón (2005), a busca de soluções para os problemas sociais não é um compromisso que a universidade pode cumprir ou deixar de cumprir. Trata-se de uma obrigação social que, se ela não cumprir, torna-se uma instituição socialmente irresponsável. Para Sordi (2005), mesmo que a educação superior no Brasil esteja concentrada nas mãos da iniciativa privada, não se deve confundir com uma mercadoria e tratá-la apenas sob a ótica e a ética da empresa. O objetivo de maximização de lucros não deveria ser o primordial, mas a eficácia em que a missão e o plano estratégico são executados. Por isso, Rösler e Ortigara (2005) refletem que no ensino superior os fins pedagógicos não devem prevalecer sobre o interesse no lucro do empreendimento. Noutras palavras, o projeto pedagógico de um curso não pode

ser concebido em função das vantagens econômicas do empreendimento, mas ter em vista a qualidade do ensino que se vai oferecer.

O Estado procura cumprir seu papel com a RS por meio de seu poder legislativo. A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, diz que educação é direito de todos e dever do Estado e da família; é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para Durham (2005), se a função básica da IES, pública ou privada, é promover educação como função social, todas elas trazem em seu cerne, em sua razão de existir, o compromisso com uma determinada RS. Também para Macedo (2005), a RS da IES de qualquer natureza não pode ser entendida como instrumento que permita ao Estado omitir-se no desempenho de funções que lhe são inerentes, ou ser interpretada como pretexto para dela fazer um substituto do Estado ou uma agência de implementação de políticas governamentais. Como ponderou o Ministro Eros Grau, “o ensino universitário, qual o básico, não se o pode tomar como objeto de mercancia. O Estado é responsável pela sua prestação à sociedade. Ele, não o mercado, deve orientar essa provisão”.

Em 1994, a RS no ensino superior do Brasil ganha novos contornos e grande relevância com a operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Segundo Rösler e Ortigara (2005), o objetivo central é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade no ensino, na pesquisa, na extensão, de acordo com as definições normativas de cada instituição e as ações de cada estabelecimento de ensino. No processo de avaliação, o Sinaes solicita três documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto

Pedagógico dos Cursos (PDC). Conforme o site do Inepe, para o Governo Federal o PDI consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI).

O PDI também é o documento que identifica a filosofia de trabalho, a missão, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que a IES pretende desenvolver. Este documento tem validade de cinco anos, sendo necessária sua revisão e atualização. O PDI não é apenas um documento burocrático a ser apresentado ao MEC, mas uma ação que dá ênfase especial à autoavaliação das IES.

O Sinaes é também um importante passo na direção de formar para a RS, porque possui um forte potencial formativo e reflexivo, induzindo a IES ao aprendizado de outra cultura de avaliação e de currículo. Segundo Rösler e Ortigara (2005), o Sinaes prevê a avaliação interna e externa da instituição, em nível de declaração, normas, organização e de resultados. As dimensões desta avaliação abrangem a missão, a política e a responsabilidade social da IES. O Sinaes avalia a RS no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Para Rodrigues, Ribeiro e Silva (2006, p.113), o Sinaes tem sido o

“norteador de todos os instrumentos de avaliação pública e privada; é considerado o principal regulador em termos de verificação da qualidade em suas múltiplas dimensões”. Também é um instrumento de prestação de contas à sociedade, para cada um dos usuários e para as próprias IES.

6 Indicadores para avaliação de RS na IES

Para Ferés (2006), a avaliação é, sem nenhuma dúvida, um processo vital para a universidade brasileira. Faz parte de sua essência e é, ao mesmo tempo, uma demonstração efetiva de responsabilidade social. Rodrigues, Ribeiro e Silva (2006) refletem que é necessário que existam indicadores que auxiliem no processo de avaliação, considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Os indicadores devem ser simples e compactos, de modo a permitir rápida análise, desdobramento, detalhamento e acompanhamento de todas as perspectivas.

O indicador é um índice de monitoramento de algo que pode ser mensurável, normalmente ligado com a gestão da empresa. No caso da RS na IES, há necessidade de um sistema amplo de indicadores que gerencie de forma estratégica a avaliação de suas ações sociais. No setor privado, a certificação social tem se constituído a prática mais usual de se avaliar a RS. Contudo, além da certificação existem organizações de vários tipos, envolvidas com implementação, orientação, mensuração, avaliação, auditoria e com relatórios que podem corroborar para a visão mais ampla da RS. No quadro a seguir, apresentam-se algumas organizações de nível internacional, nacional e regional que dispõem de indicadores e de ferramentas para avaliar aspectos distintos da RS.

ENTIDADE	REFERENCIAL	INÍCIO	PERTINÊNCIA	ALVO	LOCALIZAÇÃO	LOGO MARCA
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)	Balanco Social	1981	Projetos alternativos de RS ética nas organizações. Reflete sobre democracia, igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.	Público Privado Nacional	Ibase Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916 - Telefone: (21) 2178-9400 http://www.ibase.br	
Ceres	Relatórios sobre Sustentabilidade Climática	1989	Network nacional de acionistas, organizações ambientais e grupos de interesse público; assessora companhias e acionistas sobre sustentabilidade e clima global	Privado ONGs OCIPs Internacional	Ceres 99 Chauncy Street - 6th Floor Boston, MA 02111 Phone: 617.247.0700 - Fax: 617.267.5400 http://www.ceres.org	
Balanced Scorecard Institute	Balanced Scorecard (BSC)	1990	Planejamento estratégico e sistema de gestão: alinhar atividades empresariais à visão e à estratégia da organização, melhorar comunicações internas e externas, monitorar o desempenho.	Público Privado Ongs Internacional	BSC - Corporate Headquarters 975 Walnut. St., Suite 360 Cary, NC 27511 (919) 460-8180 Fax (919) 460-0867	
Institute of Social and Ethical Accountability	Padronização AA1000	1996	Criadores da padronização contábil. Visa à qualidade social e ética da contabilidade das empresas.	Público Privado Internacional	Accountability Regional offices - Sao Paulo Tel: +55 11 8267 3637 brazil@accountability21.net http://www.accountability21.net/	
Council on Economic Priorities Accreditation Agency	Padronização SA 8000	1997	Norma internacional sobre relações trabalhistas: verificar ações antissociais ao longo da cadeia produtiva, trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação.	Privado Internacional	Council on economic PRIORITIES 30 Irving Place New York, NY 10003 info@cepnyc.org Phone: (212) 420-1133	
International Organization for Standardization (ISO)	Padronização ISO 14000	1993 a 2006	Certificação de responsabilidade ambiental: legislação, diagnóstico, padronização, planos e qualificação de pessoal.	Público Privado Nacional Internacional	International Organization For Standardization (ISO) 1, ch. de la Voie-Creuse, Case postale 56 CH-1211 Geneva 20, Switzerland 41 22 749 01 11 - 41 22 733 34 30 http://www.iso.org/iso/home.htm	
	Padronização ISO 9000	1994 a 2005	Certificação para padrões de Qualidade para projeto, desenvolvimento, produção, montagem e prestadores de serviço.	Público Privado Nacional Internacional		

QUADRO 01 - INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(conclusão)

ENTIDADE	REFERENCIAL	INÍCIO	PERTINÊNCIA	ALVO	LOCALIZAÇÃO	LOGO MARCA
Ceres	Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI)	1997	Relatórios de sustentabilidade aplicáveis a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e voluntariado.	Público Privado ONGs OCIPs Internacional	Global Reporting Initiative Metropool Building, 5th Floor Weesperstraat 95, 1018 VN Amsterdam The Netherlands - 31 (0)20 531 00 00 http://www.globalreporting.org	
Instituto Ethos de Empresas e de Responsabilidade Social	Indicadores de Responsabilidade Social para Médias e Grandes Empresas	1998	Diagnóstico de autoavaliação: transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores; comunidade; governo e sociedade.	Médias e Grandes Empresas ONGs Setor Público Nacional	Instituto Ethos Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 10º andar, Pinheiros, 05423-040, São Paulo, SP, Brasil (11) 3514-9910	
Organização das Nações Unidas (ONU)	United Nations Global Compact	2000	Pacto Global das Nações Unidas para alinhar estratégias que tratem sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anti-corrupção.	Público Privado Voluntariado Internacional	Secretary-General of the United Nations New York, NY 1001 Fax: 1(212) 963-1207 http://www.unglobalcompact.org	
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)	ABNT/NBR16001	2001 a 2004	Gestão da RS: aplicabilidade, entendimento, comprometimento e política de RS.	Público Privado Nacional	Inmetro Rua Santa Alexandrina, 416 Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20261-232 - 0800 285-1818 http://www.inmetro.gov.br	
Federação das Indústrias do Paraná (Fiepp/PR)	Orbis Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade	2004	Organiza e monitora indicadores de sustentabilidade, produz estudos, análises e reflete o desenvolvimento regional.	Público Privado Nacional Regional	Orbis Rua Dr. Correa Coelho, 741 Jardim Botânico 80210-350 Curitiba-PR Fone/Fax: (41) 3362.0200	
Ministério da Educação (Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacional Anísio Teixeira)	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	2004	Avalia instituições, cursos e estudantes. Eixos: ensino, pesquisa, e extensão. Temas: RS desempenho de alunos, gestão institucional, docente, instalações e outros.	Público Privado Nacional	Inepe SRTVS, Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep - CEP: 70340-909 Brasília - DF http://www.inep.gov.br/institucional/	
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	ISO 26000	2009	Certificação de produtos, sistemas e pessoas. Norma internacional de Responsabilidade Social aplicável a qualquer instituição.	Público Privado Nacional	ABNT Rua Minas Gerais, 190 - Higienópolis 01244-010 - São Paulo - SP - Brasil Telefone (11) 3017-3600 e-mail: atendimento.sp@ abnt.org.br http://www.abnt.org.br	

FONTE: O autor (2009)

Além das organizações citadas, outras 50 instituições fazem parte das comissões de avaliação para a elaboração da ISO 26000. No Brasil, as normas ISO 14000 e 9000 são mais difundidas. Contudo, muitos trabalhos de pesquisa em nível de pós-graduação sugerem uma variedade de modelos de indicadores, conforme a área de atuação da empresa ou organização, e em diferentes áreas: gestão administrativa, gestão ambiental, gestão social etc. A ISO, com sede em Genebra, difunde normas internacionais no âmbito intelectual, científico, tecnológico e econômico; é aceita em mais de 150 países, facilitando o intercâmbio de produtos e serviços.

7 ISO 26000: norma internacional de responsabilidade social

Prevista para ser lançada oficialmente no ano de 2009, a ISO 26000 de RS tende a ser uma referência para as IES avaliarem a compreensão, o processo e os resultados das ações sociais. Comenta Credidio (2008) que nunca uma ISO foi tão esperada quanto à futura ISO 26000. Segundo o Instituto Nacional de Normalizacion (INN) do Chile, as premissas desta norma são: relevância dos aspectos qualitativos sobre os qualitativos, e pretende ter aplicabilidade em todo tipo de organização, independente do tamanho, objetivo, valores, cultura, meio social e ambiental. A ISO não substitui as responsabilidades e obrigações próprias dos governos e organismos de controle. Esta ISO deverá ganhar muita repercussão nacional, pois o Brasil foi eleito como participante do comitê de organização desta norma. Através da ABNT/NBR16001, o Brasil foi pioneiro no mundo ao desenvolver um programa de avaliação de conformidade para a área de responsabilidade social.

Considerações finais

Para a II Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, em Paris, em julho de 2009, as mudanças da economia pós-industrial conduziram o mundo a uma demanda massiva pelo ensino superior, chegando a 152,2 milhões de estudantes em 2007; um aumento de 50% nos últimos oito anos. Neste encontro mundial, refletiu-se sobre a mobilidade estudantil, a internacionalização da educação, a necessidade de um currículo mundial, a necessidade de políticas abertas anti-discriminatórias, a dificuldade do financiamento público e privado, a influência das tecnologias da informação, a necessidade de um currículo que contemple os problemas mundiais como aquecimento e poluição, entre outros assuntos. Em síntese, o quadro geral reforçou a necessidade de o Ensino Superior fortalecer sua “função social” de promover a paz, a liberdade de expressão e o desenvolvimento sustentável. Por isso, há contundente necessidade de se avaliar a responsabilidade social da IES, estabelecendo parâmetros e indutores de qualidade, atualizados e de âmbito regional e mundial. O tema é amplo e exige mais pesquisas. Não basta cumprir com a legalidade, é necessário audácia, persistência, e sobretudo iniciativa no âmbito acadêmico para que a IES cumpra com seu papel social.

- Recebido em: 10/08/2009
- Aprovado em: 05/10/2009

Referências

- ABMES. **Projeto institucional, qualidade e avaliação nas IES**. Brasília Notícias, n.74. Brasília, n.74, jan./mar. 2002.
- ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.41, n.4, p.78-86, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/artigos/1135.pdf>>. Acesso em: 24/07/2009.
- ANDRADE, A. R. Gestão estratégica de universidades: análise comparativa de planejamento e gestão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD – ENANPAD, 27., 2003, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, M. A. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ARAÚJO, E. T. **Estão “assassinando” o marketing social?** Uma reflexão sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.ucb.br/comsocial/mba/Estao_assassinando_o_MKT_Social.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2009.
- ASHLEY, P. A.; QUEIROZ, A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BORGER, F. G. **Considerações teóricas sobre a gestão da responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.
- _____. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. 258p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2001.
- BUSATTO, C. **Responsabilidade social: revolução do nosso tempo**. Porto Alegre: CORAG, 2001.
- CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, Brasília, v.23, n.34, p.13-35, abr. 2005.
- CARCANHOLO, M. et al. **Crise financeira internacional: natureza e impacto**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- CARVALHO, V.; SILVA, C. L. A responsabilidade social no ensino superior: da origem ao cotidiano educacional. **Estudos**, Brasília, v.23, n.34, p.13-39, abr. 2005.
- CHILE. Instituto Nacional de Normalizacion. **ISO 26000 Guia sobre Responsabilidade Social**. 2008. Disponível em: <<http://www.inn.cl>>. Acesso em: 27 jul. 2009.
- CREDIDIO, F. ISO 26000: a norma internacional de responsabilidade social. **Revista Filantropia OnLine**, n.91,. Mensagem recebida por: <site@revistafilantropia.com.br> em 22 fev. 2007. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/iso26000_revistafilantropia91.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2009
- DURHAM, E. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. **Estudos**, Brasília, v.23, n.34, p.59-61, abr. 2005.
- FERÉS, M. J. V. A LDB e a responsabilidade social das instituições universitárias: pontos para discussão. **Estudos**, Brasília, 10 mar. 2006. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/publicacoes/revista_estudos/estud18/est18-03.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- FREY, I. A. **Sistema de referenciamento da responsabilidade social empresarial**. 2005. 233p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- GARCIA, C. G. et al. Responsabilidade social empresarial no Brasil. **Revista Synergismus Scientifica**, Pato Branco, v.1, n.1/4, p.2-12, 2006.
- GRAU, E. Constituição e reforma universitária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2005.
- INMETRO. **Responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/index.asp>. Acesso em: 24 jul. 2009
- KINLAW, D. C. **Empresa competitiva & ecológica**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 7.ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

- MACEDO, A. R. O papel social da universidade. **Estudos**, Brasília, v.23, n.34. p.07-12, abr. 2005.
- MESQUITA, F. B. C. **A queda do muro de Berlim e a presentificação da história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- 8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO. Disponível em: <<http://www.nospodemos.org.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2009.
- PACHECO, Ricardo Gonçalves Pacheco; MENDONÇA, Erasto Fortes. **Educação, sociedade e trabalho**: abordagem sociológica da educação. Profucionário – Curso Técnico para Funcionários da Educação. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- PACTO GLOBAL. **Rede brasileira do pacto global**. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- PASSADOR, C. S. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2002.
- REVISTA ELETRONICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/>>. Acesso em: 23 jul. 2009.
- RODRIGUES, C. M. C.; RIBEIRO, J. L. D.; SILVA, W. R. A responsabilidade social em IES: uma dimensão de análise do SINAES. **Revista Gestão Industrial (online)**, Ponta Grossa, v.2, n.4, p.1-9, 2006.
- ROMAN, A. Responsabilidade social das empresas: um pouco de história e algumas reflexões. **Revista FAE Business**, Curitiba, n. 9, set. 2004.
- RÖSLER, M. R.; ORTIGARA, C. J. Qualidade na educação e desafios da globalização. **Revista ABMES**, Brasília, v.23, n.34, p.83-96, abr. 2005.
- SANÉ, P. La université doit consolider sa fonction social. In: CONFÉRENCE MONDIALE DE L'ENSEGNEMENT SUPERIEUR, 07/07/2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/fr/wche2009/single-view/news/academia_must_consolidate_its_social_responsibility_role/back/9712/>. Acesso em: 28 jul. 2009.
- SANTOS, E. R. Responsabilidade social ou filantropia? **Revista FAE Business**, Curitiba, n.09, set. 2004.
- SCHMIDT, P.; SILVA, R. GMC: Gestão da missão compartilhada: gestão do ensino superior a partir da missão compartilhada. **Universia**: rede de universidades, rede de oportunidades, São Paulo, 09 set. 2005. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=8480>>. Acesso em: 27 jul. 2009.
- SILVA, J. M. Formação socialmente responsável: um estudo sobre o papel da instituição de ensino superior na construção de cidadãos comprometidos com a sociedade. **Revista Análise**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.161-169, jan./jun. 2007.
- SORDI, M. R. L. A responsabilidade social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. **Revista da ABMES**, Brasília, v.23, n.34, p. 29-39, abr. 2005.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de instituições de ensino**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- TARAPANOFF, K. **Responsabilidade social das empresas e a educação corporativa**. Brasília: Universidade de Brasília. 2006.
- WRASSE, C. L. **Responsabilidade social como ferramenta do marketing das Instituições de ensino superior privadas no Oeste do Estado do Paraná**. Blumenau: FURB, 2004.